



II ENCONTRO

JUSTIÇA



Encontro 1 – ODS 4 – Educação – Principais considerações

O primeiro encontro do I Ciclo de Estudos ODS, realizado em agosto, abordou o tema “educação”, com importantes reflexões dos Professores Cosme Massi (Hoper Educação), Eduardo Borgoño (Chile) e Marcelo Lambach (UTFPR-Curitiba), sobre os níveis de escolarização e de aprendizagem, com destaque às taxas de conclusão no ensino fundamental e médio e o IDEB, e seus impactos.

Taxas de Conclusão e IDEB

De forma geral, o país superou o desafio de garantir o acesso à escola para todos. Agora, enfrenta o desafio de garantir que as crianças matriculadas concluam o ensino fundamental – 72,8% no Paraná – e que concluam aprendendo.

O IDEB – nosso indicador de qualidade – em 2013, alcançou 5,8 nos anos iniciais e 4,1 nos anos finais, 3^a e 7^a melhor nota entre as 27 unidades da federação, respectivamente.

Habilidades cognitivas fundamentais

“O brasileiro lê dois livros por ano; o espanhol, 10. O processo de aprendizagem, a capacidade de trabalhar conceitos, passam,

obrigatoriamente, pela leitura” destacou o professor Cosme. Leitura, matemática e tecnologia são habilidades cognitivas fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país. “De cada 100 alunos do curso de engenharia, 60 abandonam o curso porque não sabem matemática, reforçou.” Os índices utilizados para medir a aprendizagem são insuficientes, mas representam o mínimo obrigatório. Para fazer uso da ciência, é preciso sair do senso comum, o que exige o domínio das habilidades básicas.

Os avanços do Chile

“O país realizou profunda reforma focada na educação básica, com ênfase no professor, na sua formação, no acompanhamento de resultados e na remuneração, além de dar autonomia às escolas para decidirem conforme as necessidades locais, inclusive o uso de recursos, tendo como contrapartida o compromisso com a qualidade”, salientou o professor Borgoño. A pretensão é alcançar resultados cada vez mais próximos daqueles da OCDE.

ODS 16 | PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

Projeto Pedagógico x TIC

Destacada a importância das tecnologias da informação e comunicação (TIC), e a ressalva de não serem tomadas como sujeitos das práticas pedagógicas, como “tecnologias educacionais”. Elas são “ferramentas educacionais”, impulsionadoras e potencializadoras das práticas. “O uso da tecnologia em sala de aula é quase sempre equivocado: ou se julga que vai solucionar todos os problemas ou, ainda, por não saber utilizá-la como ferramenta pedagógica, é descartada”, salienta o professor Lambach. O desafio colocado aos docentes é descobrir como tornar a tecnologia uma ferramenta útil.

Rio + 20 propõe sociedades pacíficas e inclusivas

O documento final da Conferência Rio + 20, “O Futuro que Queremos”, de 2012, ao reafirmar o compromisso de trabalho por uma nova agenda, assumiu a responsabilidade de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

E a Agenda 2030 aceitou

A Agenda 2030 contemplou a proposta da Rio + 20, estabelecendo o ODS 16, que explicita a busca por sociedades pacíficas e inclusivas. A Declaração constante do documento das Nações Unidas Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, edição de 8 de setembro de 2015, argumenta que “o desenvolvimento sustentável não pode ser realizado sem paz e segurança; e paz e segurança estarão em risco sem o desenvolvimento sustentável”.

Daí a proposição de ter um objetivo para “construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas, que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que são baseadas no respeito aos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento), em um efetivo Estado de Direito e boa governança em todos os níveis, e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis”. Desse modo, fatores que dão origem à violência, insegurança e injustiça, como a desigualdade, a corrupção, a má governança e os fluxos financeiros e de armas ilegais devem ser combatidos.

ODS 16 | PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

O ODS 16, para ser alcançado, trata diretamente dos seguintes temas:

- Acesso à informação e proteção às liberdades fundamentais.
- Identidade legal: Certidão de Nascimento.
- Acesso à justiça.
- Instituições eficazes, responsáveis e transparentes.
- Competências e habilidades para prevenir e combater a violência e o crime: mortalidade por violência, violência contra crianças, crime organizado, corrupção, suborno.
- Decisões responsivas, inclusivas, participativas e representativas.
- Leis para o desenvolvimento sustentável.
- Participação na governança global.

Pontos relevantes para conquistar avanços

O Brasil, se pretende conquistar patamares avançados de desenvolvimento, precisa, verdadeiramente, ter a educação como prioridade, e os professores ser respeitados e considerados fundamentais. Há que se ter a compreensão de que aprender requer esforço e que o ensino tradicional não dá conta da realidade atual. A sociedade, o aluno, são outros; por isso, uma nova pedagogia

– que resgate o desejo e a capacidade de estudar e aprender – é necessária. E o professor tem um papel essencial nessa mudança; ele precisa liderar a mudança. A universidade não forma o professor para que ele cuide de seu próprio desenvolvimento. Ela precisa repensar o programa de formação de professores, para que seja permanente e baseado em uma aprendizagem investigativa, de maneira que – como aponta Paulo Freire (1983) – “possam fazer e refazer as coisas; possam transformar o mundo, pois, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais”. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, garantindo recursos financeiros, pedagógicos, materiais e tecnológicos, métodos e processos de gestão que promovam resultados efetivos, com atuação integrada entre gestores, professores, alunos e pais. Compreender que não há solução mágica. Paulo Freire pode ajudar a encontrar soluções que atendam às características do nosso País.

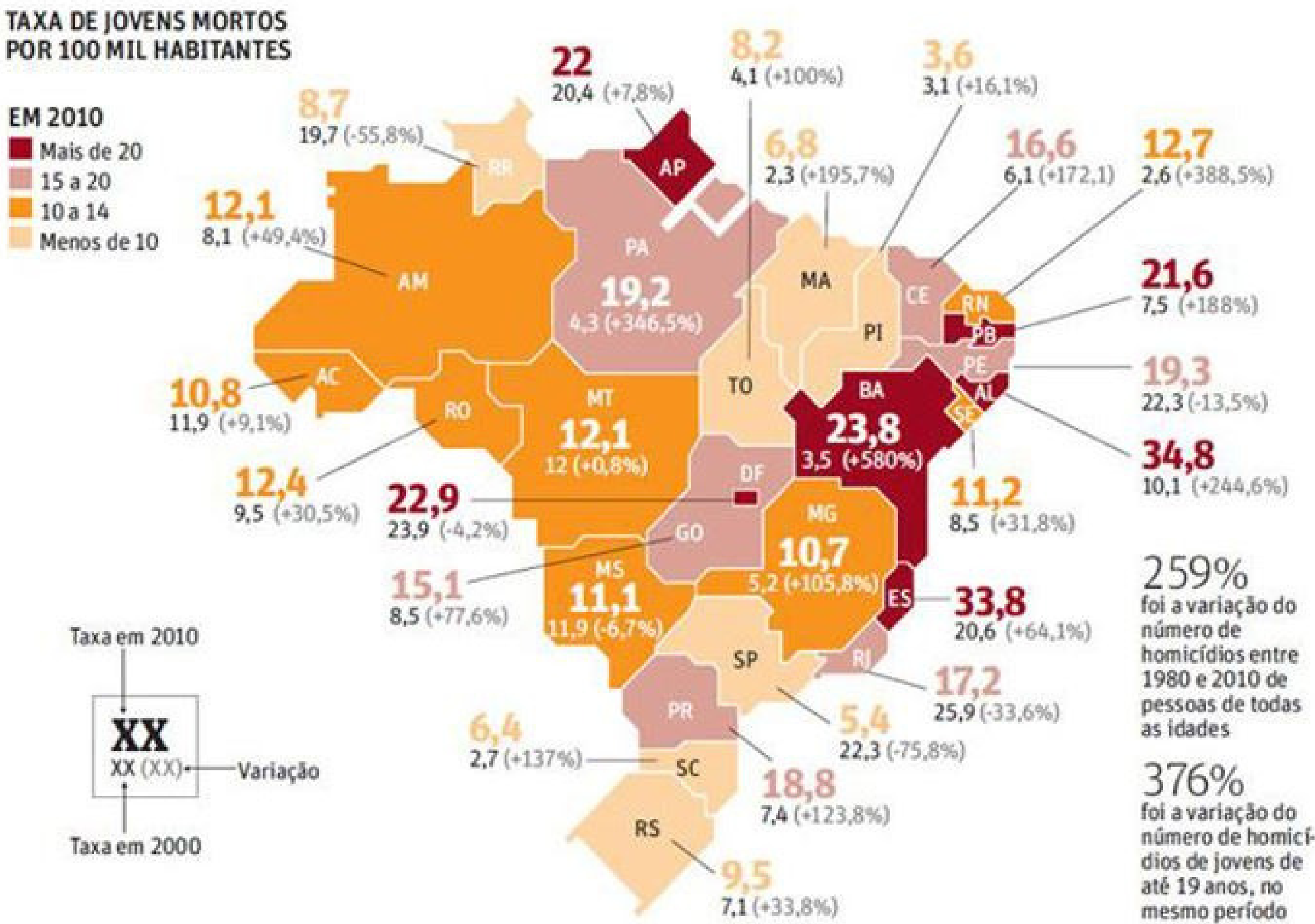
ODS 16 | PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

Em países democráticos, a segurança pública procura garantir a proteção dos direitos individuais e assegurar o pleno exercício da cidadania. Enquanto atividade desenvolvida pelo Estado, é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegidos dos riscos a que estão expostos.

O princípio do acesso à justiça está presente no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal. Reconhecido, portanto, como um direito, mas, mesmo assim, sem garantia de seu cumprimento. Como a diversidade de temas mencionados indica, a esses dois aspectos somam-se inúmeros outros, essenciais para que uma sociedade realmente pacífica e inclusiva possa ser conquistada.

MORTE DE JOVENS

Alagoas tem a maior taxa de homicídio de pessoas entre 0 e 19 anos.



O mapa representando o número de mortes de jovens a cada 100 mil habitantes é um dos indicadores que ilustra a importância desse ODS para o Brasil: apenas 7 estados apresentam taxa inferior a 10, considerada suportável pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

ODS 16 | PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

Assegurar o acesso público à informação é uma meta que – no Brasil – pode contar com a Lei nº 12527/2011, de Acesso à Informação, como um dos instrumentos para seu monitoramento. O quadro abaixo mostra sua implementa-

ção nos Estados, com os diversos níveis de cumprimento dos quesitos previstos na Lei. Destacam-se, com nota superior a 9,0 os estados de Ceará, São Paulo, Paraná, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Posição	Estado	Nota	População
1	Ceará	10,00	8.842.791
2	São Paulo	10,00	44.035.304
3	Paraná	9,72	11.081.692
4	Sergipe	9,31	2.219.574
5	Santa Catarina	9,17	6.727.148
6	Rio Grande do Sul	9,17	11.207.274
7	Distrito Federal	8,89	2.852.372
8	Goiás	8,89	6.523.222
9	Espírito Santo	8,75	3.885.049
10	Tocantins	8,61	1.496.880
11	Pernambuco	8,61	9.277.727
12	Bahia	8,33	15.126.371
13	Alagoas	7,78	3.321.730
14	Paraíba	7,78	3.943.885
15	Minas Gerais	7,36	20.734.097
16	Piauí	6,67	3.194.718
17	Mato Grosso	6,39	3.224.357
18	Rondônia	5,56	1.748.531
19	Roraima	4,86	496.936
20	Acre	4,72	790.101
21	Rio de Janeiro	3,33	16.461.173
22	Amazonas	2,78	3.873.743
23	Pará	2,78	8.104.880
24	Mato Grosso do Sul	2,50	2.619.657
25	Maranhão	2,22	6.850.884
26	Amapá	0,00	750.912
27	Rio Grande do Norte	0,00	3.408.510

ODS 16

PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

META 16.1

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares.

META 16.3

Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.

META 16.5

Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

META 16.7

Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

META 16.9

Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

META 16.A

Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

META 16.2

Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

META 16.4

Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.

META 16.6

Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

META 16.8

Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

META 16.10

Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

META 16.B

Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

